

Constituição entrava luta antiinflação

■ Margem de manobra que deixa é tão pequena que de cada Cr\$ 42 só Cr\$ 1 está livre

Jamil Bittar — 16/6/93

ELI TEIXEIRA

BRASÍLIA — Cinco dias depois de assumir o Ministério da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso enfrentou a dura realidade de quem é obrigado a cuidar da economia do país. Em reunião com sua assessoria foi informado que o governo só pode mexer em US\$ 1,8 bilhão dos US\$ 75,6 bilhões que são arrecadados, ou seja, pode decidir o destino apenas de Cr\$ 1 em cada Cr\$ 42,00 — o resto já tem caminhos definidos pela Constituição. Segundo um assessor que participou desta reunião, Fernando Henrique disse que sabia da rigidez no uso das receitas da União, “mas ficou surpreso e não imaginava que o governo estivesse tão amarrado”.

“A batalha de Waterloo do ministro Fernando Henrique será a revisão constitucional”, prevê o secretário de Política Econômica, Winston Fritsch. Para ele, a guerra contra a inflação será vencida ou perdida na revisão que começa em outubro, com uma redefinição de encargos entre União, estados e municípios. “No dia que começar a revisão, o governo já terá suas propostas”, previu Fernando Henrique, que encarregou um grupo de assessores de tratar do assunto.

Arrecadação — Fritsch diz que o objetivo do governo não é apenas repassar serviços para os estados e municípios e nem tentar aumentar a arrecadação federal, mas também diminuir as vinculações obrigatórias de receitas. O ex-secretário de assuntos econômicos do Ministério do Planejamento Raul Velloso adverte, em documento que ficou pronto há pouco mais de um mês, que começam a explodir os gastos sociais criados pela Constituição de 88, especialmente para a Previdência Social (a apo-



Fritsch: batalha de Waterloo de Cardoso será a revisão constitucional

sentadoria mais baixa passou de meio para um salário mínimo). Esses gastos derrubaram as parcelas livres da receita de US\$ 19,8 bilhões em 1987 para US\$ 1,8 bilhão este ano.

Velloso diz que o equilíbrio precário obtido até agora foi feito à custa do achatamento salarial de servidores ativos e aposentados e de uma grande deterioração dos serviços públicos. “Com a margem de manobra tão pequena como é possível fazer política fiscal para ajudar a derrubar a inflação”, pergunta o secretário Fritsch. Os números levantados por Velloso mostram um quadro desalentador para o governo. A União tem uma receita de

US\$ 75,6 bilhões, mas do total US\$ 36,4 bilhões têm destinações sociais — as chamadas contribuições (Cofins, PIS-Pasep, contribuição sobre o lucro etc), nas quais não se pode mexer, porque pagam saúde, previdência e educação.

Rateio — Os outros US\$ 39,15 bilhões vêm dos chamados *impostos puros* (Imposto de Renda, IPI, IOF e outros menores), mas a Constituição de 88 dividiu essa arrecadação. Exatamente 34,5% — US\$ 13,5 bilhões — têm de ser transferidos para os estados e municípios e outros US\$ 5,85 bilhões vão automaticamente para desenvolvimento regional. Os US\$ 19,8 bilhões restantes são rateados entre o paga-

mento do funcionalismo público e benefícios previdenciários, sobrando livre apenas o US\$ 1,8 bilhão identificado pelo economista Raul Velloso.

Este alerta para uma tendência perversa para o governo federal — a arrecadação de *impostos puros* vem declinando nos últimos anos em relação ao Produto Interno Bruto, mas a parcela destinada a despesas pré-determinadas tem aumentado sistematicamente. “Aí está a essência do problema”, identifica o ex-secretário. No auge da centralização dos recursos tributários desencadeada pela ditadura militar, somente 12% da arrecadação do Imposto de Renda e do IPI iam automaticamente para estados e municípios, mas a Constituição de 88 acelerou a descentralização e hoje 54% do IPI e 44% do Imposto de Renda são recolhidos pela Receita Federal e passam imediatamente para os cofres dos estados.

Raul Velloso aponta outra mudança constitucional que aumentou a rigidez fiscal do governo — os gastos obrigatórios com educação pularam de 13% para 18%. Sem dinheiro, o governo começou a usar dinheiro do Orçamento de Seguridade Social (das contribuições sociais) e da receita da educação para pagar pessoal. Não fosse isso, teria ocorrido uma total paralisação na saúde, educação e previdência. A equipe de Fernando Henrique está detectando todos os gargalos e quer influir na revisão constitucional. “Estaremos preparados para mostrar ao Congresso que, do jeito que está, é impossível equilibrar as finanças públicas”, explica Fritsch.